



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE  
CURSO DE PEDAGOGIA

FABRICIA SILVA DOS SANTOS

**DIÁLOGOS FEMININOS: A autoestima de mulheres estudantes da  
Educação de Jovens e Adultos (EJA)**

João Pessoa-PB  
2019

FABRICIA SILVA DOS SANTOS

**DIÁLOGOS FEMININOS: A autoestima de mulheres estudantes da  
Educação de Jovens e Adultos (EJA)**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como parte dos requisitos  
necessários à obtenção do título de  
Licenciatura Plena do Curso de  
Pedagogia, pelo Centro de Educação, da  
Universidade Federal da Paraíba / UFPB.

**Orientadora:** Profa. Dra. Ana Paula Souza  
Romão.

João Pessoa/PB  
2019

Catálogo na publicação  
Seção de Catalogação e Classificação

nbsp; Santos, Fabricia Silva  
Dos.  
DIÁLOGOS FEMININOS: A autoestima de mulheres estudantes  
da Educação de Jovens e Adultos (EJA) / Fabricia Silva  
Dos Santos. - João Pessoa, 2019.  
72 f. : il.

Orientação: Ana Paula Romão.  
Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Educação de Jovens e Adultos. Mulheres. Autoestima.  
I. Romão, Ana Paula. II. Título.

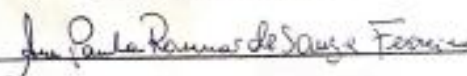
UFPB/BC

FABRICIA SILVA DOS SANTOS

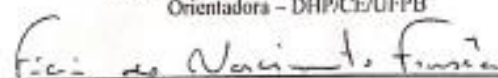
**DIÁLOGOS FEMININOS: A AUTOESTIMA DE MULHERES ESTUDANTES  
DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em  
26/05/2024, para obtenção do título de  
Licenciatura Plena em Pedagogia.

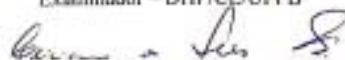
BANCA EXAMINADORA



Profª. Dra. Ana Paula Souza Romão Ferreira  
Orientadora – DHP/CE/UFPB



Prof. Dr. Fábio do Nascimento Fonseca  
Examinador – DHP/CE/UFPB



Prof. Ms. Luciano de Sousa Silva  
Examinador – DME/CE/UFPB

Dedico a Deus pelo dom da vida, aos meus pais que sempre estiveram presente me incentivando e a minha família pelo total apoio nessa caminhada vitoriosa.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por minha vida e por sua imensa ajuda em todos os momentos.

A minha mãe e ao meu pai que com muitas dificuldades me ajudaram em vários momentos que pensei em desistir eles estavam sempre presentes.

A minhas irmãs e ao meu irmão que por muitas vezes tomaram de conta de meu filho para que eu pudesse acompanhar o ritmo das aulas.

Ao meu esposo pelo companheirismo, paciência e amor.

Ao meu filho que desde seus cinco anos presenciou minha luta para concluir a faculdade onde sou a primeira da família a ter um diploma superior.

Agradeço também a minha queridíssima Prof. Dr. Ana Paula Souza Romão pela paciência, esforço e dedicação para a execução deste trabalho.

*Nenhuma luta jamais logrará êxito sem que as mulheres participem lado a lado com os homens. Há duas forças no mundo: uma é a espada e a outra é a caneta. Há uma terceira força mais poderosa: a das mulheres.*

*Malala Yousafzai*

## RESUMO

A pesquisa buscou analisar a temática, Diálogos femininos: a autoestima de mulheres estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). O lócus da pesquisa foi na Escola Estadual de Ensino Fundamental Desembargador Bráz Baracuhy localizada no bairro do Castelo Branco III, na cidade de João Pessoa/PB. Procurou-se identificar a trajetória de mulheres estudantes de EJA chegando a discutir aspectos significativos que constitui a sua autoestima e autonomia da mulher. Para o seu desenvolvimento foram utilizados os pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa participante (entrevistas com estudantes) da análise bibliográfica e da experiência adquirida in loco. Tratar esse tema sobre a potencialidade e importância que a mulher tem em todos os âmbitos sociais é de suma importância para a sociedade, para a educação e para as próprias mulheres. Com essa pesquisa, pretende-se promover uma visão panorâmica sobre a presença da mulher estudante da EJA na sociedade e como elas se percebem na vida pessoal ou profissional.

**Palavras-Chave:** Educação de Jovens e Adultos. Mulheres. Autonomia. Autoestima.



## **ABSTRACT**

The research sought to analyze the theme FEMALE DIALOGUES: the self-esteem of women students of the Education of Young and Adults (EJA). The place of the research was at the Bráz Baracuhy State Elementary School in the neighborhood of Castelo Branco III, in the city of João Pessoa/Paraíba. It was sought to identify the trajectory of female students of EJA discussing significant aspects that constitute their self-esteem and women's autonomy. To the development, was used the theoretical-methodological assumptions of the participant research (interviews with students) of the bibliographic analysis and the experience acquired in the place. Addressing this issue about the potential and importance that women have in all social settings is of paramount importance for society, for education and especially for women themselves. With this research, it's intended to promote a panoramic view of the presence of female EJA's students in the society and how they perceive themselves in personal or professional life.

**KeyWords:** Education of Young and Adults. Women. Autonomy. Self-esteem.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPITULO I: MULHERES E EMPODERAMENTO	12
1.1 Mulheres brasileiras: uma contextualização da trajetória histórica de conquista das mulheres	21
CAPITULO II: EJA: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	28
CAPITULO III: ANÁLISE DOS DADOS (Autoestima e mulheres estudantes de EJA)	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	52
APÊNDICE	

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar relatos de mulheres estudantes da modalidade da EJA sobre a relação da autoestima, da beleza e aprendizagem. Este interesse surgiu a partir de experiências vividas em meu salão de Beleza, onde atendo várias mulheres de diferentes faixas etárias e com vários níveis de escolaridade.

Desta forma, o estudo traz algumas questões pertinentes no tocante ao universo feminino, discutindo fatores implícitos e explícitos quanto a autoestima, a reconquista do seu autoconhecimento enquanto pessoa de potencialidade sobre a sua aceitação, aprendizagem e no processo de empoderamento da mulher e suas nuances.

Em meio a esse contexto de experiências, faz-se necessário fazermos algumas considerações sobre algumas motivações que me motivaram, ao longo do Curso de Pedagogia, a desenvolver este tema. No decorrer do tempo percebi que essas mulheres tinham algo semelhante que as deixavam sem ânimo para lutar pelos seus objetivos, a serem protagonistas de suas histórias, a baixa autoestima era nítido em seus rostos com um sorriso forçado exalando tristeza.

Com estas vivências, os relatos traziam várias perspectivas de experiências de mulheres que estava há muitos anos fora da sala de aula, e através disso, inicialmente, passei a questionar: quando e por que a escola deixou de fazer parte da vida dessas pessoas? Por que estas mulheres não frequentaram a escola quando crianças e adolescentes? Em que medida a ausência de escolarização contribuiu para o surgimento ou agravamento da baixa autoestima?

Dessa forma, muitas dessas mulheres tiveram como consequências a evasão escolar<sup>1</sup>, a não confiança em si mesma, complexo de inferioridade<sup>2</sup>,

---

<sup>1</sup> Evasão escolar: Ação de abandonar algo; desistência, abandono, ato ou efeito de evadir (AURÉLIO, 2019)

<sup>2</sup> Complexo de inferioridade: nos campos da psicologia e da psicanálise é um sentimento de que se é inferior a outrem, de alguma forma. Tal sentimento pode emergir de uma **inferioridade** imaginada por parte da pessoa afligida (AURÉLIO, 2019)

vulnerabilidade emocional<sup>3</sup>, excesso de autocrítica. Em meio às conversas decidi estudar essa temática e pesquisar sobre como poderia ajudá-las e, possivelmente, contribuir em suas perspectivas no campo educacional.

Desde então, que focalizei esse estudo na Escola Estadual de Ensino Fundamental Desembargador Bráz Baracuhy com ênfase nas mulheres da Educação de Jovens e Adultos, com pretensão de devolver os resultados da pesquisa para as estudantes da referida escola e, também, para distribuí com algumas das minhas clientes que tiverem o perfil das investigadas.

Quanto à pergunta norteadora, a pesquisa consiste em desvendar qual a relação entre autoestima, beleza e empoderamento de mulheres no processo escolar da EJA? Acompanhada do objetivo geral, analisar relatos de mulheres estudantes da EJA sobre a relação autoestima, beleza e empoderamento.

Além de ser distribuídos entre os objetivos específicos como, Identificar nos relatos de estudantes da EJA formas de empoderamento; Compreender como as estudantes da EJA superam problemas de autoestima; Possibilitar uma oficina de beleza para comparar o antes e o depois dos relatos das estudantes da EJA sobre autoestima e empoderamento.

Nesse sentido, este estudo foi dividido em quatro capítulos: a introdução, com o recorte temático, motivação, problema e objetivos; O segundo capítulo sobre mulheres e empoderamento; o terceiro sobre a EJA; No quarto capítulo, a análise dos dados e, por fim, as considerações finais.

---

<sup>3</sup> Vulnerabilidade emocional: Qualidade ou estado vulnerável; Vulnerável: ferido, sujeito a ser atacado, derrotado: frágil, prejudicado ou ofendido. (AURÉLIO, 2019)

## **CAPITULO I: MULHERES E EMPODERAMENTO FEMININO**

Atualmente, inúmeras mulheres no Brasil através de diferentes movimentos e mobilizações chamam a atenção para as discussões sobre o que necessita ser conquistado e a valorização do que já foi, a exemplo do direito ao voto, à educação e ao mundo do trabalho. Visto que, também é algo muito debatido em todos os setores e classes sociais e gêneros distintos, que ganham maior dimensão diante deste cenário. Por isso, contar a história da mulher torna-se algo peculiar e cada vez mais desafiador.

Durante séculos, a Mulher havia sido vista como frágil, delicada, que nasceu designada a cumprir tarefas as quais são tidas como obrigações femininas, entretanto, esta visão machista sobre as mulheres Brasileiras vem caindo ano após ano, isso mostra que quanto mais a predominância de gênero feminino lutar por tudo o que acredita como está ocorrendo um dia terá de fato homens e mulheres ocupando todos os espaços sem restrições.

Na concepção de Heffel, Silva e Londero (2016):

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, explica que homens e as mulheres são iguais em direitos, sendo o documento norteador das regras de igualdade. Se é assim, por que razão, mesmo em países que buscam seguir a Declaração, até hoje, é verificada sociedade desigual entre homens e mulheres? (HEFFEL; SILVA; LONDERO, 2016, p. 2).

De fato responder essa pergunta é bastante interessante, uma vez que o patriarcado impera no país, por este motivo que estudos como estes precisam ser disseminados para cada vez mais para que despertem o quão significativo é o empoderamento das mulheres, colocando as mesmas em posição de destaque, pois já viveram por décadas sendo apenas o segundo sexo, hoje percebemos que há muito que se melhorar neste quesito, mas as mulheres tem mostrado que elas são o que são com suas potencialidades e que não precisam silenciar para o homem falar.

Vale ressaltar que as mulheres conquistaram alguns direitos por meio do movimento feminista, que reivindica direitos igualitários tanto para os homens

quanto para as mulheres, condições de trabalho em mesmo nível de importância, pois a mulher não pode e nem deve ser considerada pelo seu gênero, sexualidade etc, mas pela sua competência. As precursoras feministas apostaram na igualdade entre os sexos, acreditaram que uma atitude radical mais rigorosa por parte das mulheres poderia cooperar para o alcance de conquistas dos espaços a que tinham direito.

Esse caráter enérgico e austero contribuiu significativamente no começo da emancipação feminina que ainda hoje vem sendo perseguida no sentido da busca da cidadania. Destarte, essa busca pelo empoderamento foi alentada pelo fenômeno do capital social, que foi tão bem usado pelas mulheres na procura de sua libertação (DANTAS, 2008).

O empoderamento feminino passa por múltiplos caminhos, como por exemplo, na sociedade, instrução, consciência de cidadania, pelo conhecimento dos direitos da mulher, pela sua profissionalização, por sua inclusão social e ainda por uma mutação no conceito que ela tem si mesma, em sua autoestima. A mulher tem uma forte participação na sociedade, seus momentos de lutas marcam o contexto social, político, econômico, cultural, a mulher através dos movimentos e de sua busca por igualdade redesenhou o cenário marcado pela presença masculina.

Embora tenham lutado muito para conseguir seu lugar na sociedade as mulheres ainda hoje sofrem com o preconceito, machismo e isso cada dia mais tem sido noticiado nos principais telejornais do país, porém não podemos naturalizar as ocorrências, é sabido sobre o quanto a mulher sofreu e vem sofrendo pela impunidade de muitos algozes seja ao verbalizar discursos machistas, seja na hora de denunciar os abusos ou insultos, o que comprova a resistência e luta diária de quem apenas só exige respeito enquanto pessoa e enquanto mulher e oportunidades iguais.

Conforme a concepção de Wittekind (2016):

A questão central do feminismo não é menosprezar os homens, é mostrar que a luta feminina vem de muitos anos atrás, que pequenas conquistas como, ler, estudar, usar uma calça jeans e poder trabalhar em quase qualquer meio profissional, é uma conquista dessa luta. Não é incentivar o ódio, mas sim o amor e a igualdade entre os gêneros. Que a cantada recebida na rua não continue sendo considerado algo normal, algo indefeso

(WITTEKIND, 2016, p. 45).

Neste sentido, o empoderamento feminino expressa que as mulheres são indivíduos sociais que tem contribuído de forma expressiva na sociedade, a literatura, a ciência, a história, em fim todas as áreas tem a participação feminina e elas merecem todos os créditos. Pode-se dizer que a presença de desigualdades entre homem e mulher ocorre desde o momento em que se passou a aceitar as diferenças como naturais, biológicas e frente à adaptação feminina a esse lugar na sociedade, internalizando uma concepção de si mesma como de inferioridade, dependência e submissão.

### 1.1 Mulheres brasileiras: uma contextualização da trajetória histórica de conquista das mulheres

Historicamente, a mulher sofreu e ainda hoje sofre com diversas dificuldades para assumir uma posição de destaque na sociedade, uma vez que os homens ocupavam cargos em que de acordo com os discursos criados socialmente as mulheres jamais poderia desenvolver alguma função. Conforme o tempo foi passando as mulheres começaram a reivindicar seus direitos pautados em movimentos sociais que até hoje permanece no Brasil, tendo como exemplo o movimento feminista que possibilitou às mulheres a importância que sua força tem sociedade e que elas também movimentam a economia do país, logo, sua importância na sociedade e em todos os contextos sociais, econômicos, políticos, culturais merecem ser respeitados, assim como os homens.

O respeito e valorização que essas donas de casas, políticas, empresárias e outras querem e precisam precisa ser considerado, muitas mulheres assumem cargos e desempenham de forma tão bem quanto os homens e não podem ser menosprezadas pelo fato de serem mulheres, é preciso desmistificar o conceito de que a mulher é um sexo frágil e de que não são capazes de desempenhar determinadas funções. Passou-se muito tempo para que a mulher se tornasse um ser notoriamente capaz de governar sua vida, e suas ações.

Sobre essa perspectiva Bezerra (2010):

Durante séculos, a mulher foi obrigada a conviver na condição de subordinação, instituída historicamente e gerada desde o princípio do processo civilizatório da humanidade, sendo negada a sua participação nas ações e decisões sociais. Todavia, vivendo à margem da sociedade, até então dominada pelo sexo oposto, pôde acompanhar de perto seu evolucionismo, inclusive nas formas de se processarem a estrutura básica familiar (BEZERRA, 2010, p. 17).

Com as transformações ocorridas no campo particular e na conjuntura socioeconômica, cultural e político, é que as mulheres passam a exigir, por meio do questionamento, uma modificação nas formas de compreender a figura feminina, desenvolvendo a sua função social. Neste momento, a consciência feminina passa a estimular o processo emancipatório da mulher na procura da sua identidade e autoafirmação, recusando então a subordinação histórica, onde toda alusão de cultura era inclinada ao homem, enquanto para a mulher apenas sobrava à impressão da absoluta falta de expressividade cultural.

A mulher é um símbolo de resistência social, desde os tempos de outrora teve que provar para sociedade e para o modelo patriarcado que seu gênero não pode ser entendido como fragilidade ou como impotência, ela se fez presente desde antes, fazendo com que a sociedade enxergasse-a como ser social com competências direito e deveres a serem respeitadas, força e resiliência são características de quem tanto lutou e continua lutando para ter o seu lugar de direito.

A própria história comprova esse fato, ao se referir sobre a condição da mulher no meio social, em que sua importância era praticamente nula, assim como seus préstimos era limitada a reprodução, ao cuidado e à reverência ao pai, e depois ao cônjuge e aos filhos. Ao primeiro, fazia o papel de serva e quanto ao segundo era mentora. Seus papéis, apesar restringidos ao extremo em determinadas sociedades, em outras chegavam a realizar trabalhos agrícolas, pastoreio, artesanato caseiro e outros, os quais não lhe proporcionavam muito prestígio (PINA, 1979).

O movimento de estabelecer desconstruindo identidades a respeito do



gênero feminino e masculino perpassa um caminho difícil, complexo, envolta em alto grau de sofrimento, em muita violência e discriminação. Não obstante da luta pela emancipação da mulher ser bem antiga, com atos muitas vezes isolados contra a submissão, é apenas no século XIX, no Ocidente, que o movimento constituído socialmente denominado feminismo teve prestígio. As exigências do movimento feminista do século XIX são caracteristicamente o direito à educação; o direito à participação, na preparação das leis, e no exercício da justiça e participação nas empresas.

Os estudos de gênero colaboram largamente para a informação das relações sociais podendo colaborar para melhor se compreender os dilemas da sociedade, porque a maneira como a mulher é vista atualmente é distinta da de décadas atrás, transformando de tal maneira tanto os relacionamentos pessoais quanto no campo público, atingindo a tomada de posturas diante da economia e da política. A mulher passou bastante tempo à sombra da figura “todo-poderoso” do homem, onde a mesma era submissa aos cuidados de seu marido, entretanto mesmo sendo submissas, tranquilamente elas participavam de várias atividades junto com outras mulheres, além de ordenar seu espaço doméstico.

Quando se faz alusão a respeito da condição da mulher no Brasil quanto ao processo emancipatório, compreende-se que, embora tiverem convivido em posição de submissão permanente sem direito algum a tipo de pronunciamento, as mulheres entraram na luta pelo banimento da escravidão, constituindo esse o momento em que principiam a protestar a sua posição de subordinação, constituída ao longo da história. Este refletir deve-se a nova conjuntura social pelo qual o país passava, por causa do desenvolvimento industrial emergente, mesmo que não tivesse sido gerado com a finalidade de alterar a condição da subalternização feminina, uma vez que o que realmente importava, naquela ocasião, era o movimento abolicionista (AQUINO, 2014).

Esse e outros movimentos marcam a postura da mulher na sociedade, embora ainda hoje muitos se neguem a esse fato, as mulheres foram e são peças chaves no desenvolvimento da sociedade. No mercado de trabalho desempenham suas funções com maestria, sem contar no comprometimento e dedicação, é claro que não é pelo fato de serem mulheres, mas por que são sujeitos de determinação, resistência e força que a história tem atestado o quanto estas tem lutado para ocupar seu espaço na sociedade e em todos os

ambientes que se propõem e deseja.

Além disso, quando o homem impôs si mesmo a imagem de atuação e sucesso, no ambiente em que ele tem de concorrer com os outros, continuamente, para conseguir êxito. Entretanto a mulher ficou sendo posta ao plano doméstico. A autonomia feminina nos espaços sociais encontra-se refletida em barreiras que atravessa a vida das mulheres, assim como sua relação com a melhoria da qualidade de vida e a eficaz atuação na sociedade.

Historicamente, as mulheres passaram a conquistar seus objetivos. Uma ilustração que merece destaque se reporta a legislação nos emirados de 1827 com a divulgação da lei conhecida como a “lei da educação para mulheres” que as dava direito de frequentar as instituições de ensino a nível avançado como o ensino médio e técnico que só eram frequentados por homens (MYERS, 2014).

A constituição do que é homem e do que é mulher se dá socialmente, pois como bem ressaltar a máxima beauvoiriana de que não se nasce mulher, torna-se, para que a mulher conquiste verdadeiramente seu lugar ao sol precisa continuar lutando por si mesma, a sociedade segrega a mulher por não considerarem capazes de assumir determinados cargos ou até mesmo gerir uma empresa, colocando-as em segundo lugar, não é o gênero ou sexualidade que define competência e sim o seu desempenho em qualquer área que ocupar.

Mesmo que as mulheres sejam maioria na sociedade e, ainda tenham estatisticamente formação superior à masculina, ainda são forçadas a justificar todas as suspensões e preconceitos derivados de suas atuações, como se elas aceitassem uma culpa, subalternidade e até truculência. Essa conjuntura colabora para que a supremacia masculina seja aprovada e as representações concernentes a impedimentos e preconceitos sejam reproduzidas.

Nesta perspectiva de Beauvoir (1970):

No momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo é ainda um mundo que pertence aos homens. Eles bem o sabem, elas mal duvidam. Recusar ser o Outro, recusar a cumplicidade com o homem seria para elas renunciar a todas as vantagens que a aliança com a casta superior pode conferir-lhes. (BEAUVOIR, 1970, p. 15).

Neste sentido, as mulheres usam dessa aliança entre gêneros como meio de alcançar os benefícios que ela lhe possibilita, visto que a sociedade colabora

para essa concepção androcêntrica, que carece de uma figura consistente e forte para dar-lhes segurança, sendo, no caso, essa figura a do homem. A mulher é identificada como sexo frágil, em que não tem afinidade ou é inapta para desempenhar certos cargos.

Ainda hoje a mulher é vista como sendo o segundo sexo, é a cultura da superioridade masculina continua reinando, embora tenhamos identificado algumas mudanças que colocam a mulher em lugar de direito, ainda é preciso quebrar de uma vez por todas da ideologia de que os homens são bons em tudo que faz e que as mulheres são atribuídos cargos ou funções que tendem a colocar a mulher como posição de inferioridade ao homem, espera-se que haja resistência e luta para que essa situação de desigualdade e hierarquização entre os gêneros, pois o homem ainda é considerado superior em relação a mulher e seja discutida e suplantada.

Em conformidade com o pensamento, Weyl (2011) afirma, que as diferenças físicas entre as pessoas já foram utilizadas várias vezes, no transcorrer da história, para tentar explicar escravidão e genocídios:

Tudo o que for característico de um grupo superior será sempre usado como justificativa para sua superioridade e tudo o que for característico de um grupo “inferior” será usado para justificar suas provações. Homens negros eram recrutados para empregos mal pagos por serem, segundo diziam, mais fortes do que os brancos, enquanto as mulheres eram relegadas a empregos mal pagos por serem mais “fracas (WEYL, 2011, p. 3).

Neste sentido, não é a força que coloca os sujeitos em superioridade ou inferioridade, mas, os interesses dos grupos predominantes que utilizam tais predicados como justificativas da opressão realizada para conseguir vantagens e privilégios. A naturalização das funções masculina e feminina está fortemente arrolada às visões tradicionais, e também atuais, de gênero. Entendido como uma categoria de análise (como classe e etnia), o gênero é um elemento ativo das práticas sociais e, na nossa sociedade, resulta na hierarquização entre os sexos, isto é, na constituição de um lado com poder (homem racional, forte, ativo) e por outro lado sem ou com o mínimo desse (mulher emotiva, sensível, passiva).

Embora seja um aspecto acentuado em nossa cultura, essa dicotomia intransigente vem sofrendo, conforme o passar dos anos, uma sucessão de

abalos, resultantes especialmente dos avanços das conquistas femininas concernentes à inclusão da mulher em ambientes considerados masculinos. Essas conquistas possibilitam à mulher, categoria sujeita a processos de exclusão pelo grupo predominante masculino, instrumento para se empoderarem e conseguirem lutar por máxima autonomia.

Em conformidade com Santana (2018):

Há previsões catastróficas sobre a impossibilidade de reversão desse processo de violência e destruição, caso a humanidade não se reinvente e se aproprie de uma nova consciência, cujos princípios do cuidado, da solidariedade, do compartilhar vida e bens da natureza sejam a tônica. Preconiza-se, portanto, a união de forças e fontes de inspiração, um pacto entre homens e mulheres de valorização da alteridade que rompa com a lógica de dominação patriarcal e falocêntrica (SANTANA, 2018, p. 202).

As mudanças que a sociedade vem sofrendo não pode ser considerada como algo já comemorativo, entendemos que ainda precisa melhorar e muito o contexto social, homens e mulheres merecem ser enxergados como seres sociais de direito e deveres igualitários, não existe superioridade de um sexo a outro, e disseminar o discurso fadado de que isso é natural corrobora para que as desigualdades perpetuem.

É preciso uma releitura da sociedade, de todos nós quanto a este assunto, por se tratar de algo que está enraizado na sociedade é lento o processo, mas não impossível, não se admite no atual século discriminações por cor, raça, gênero, orientação sexual, em época alguma isso deveria ser permitido, porém conforme o tempo vai passando essas questões deveriam ser expelidas de toda e qualquer sociedade.

Vale ressaltar que muitos dos problemas que os indivíduos levam para a sociedade como um todo poderiam ser evitados se as famílias cumprissem um pouco do papel, é preciso ensinar desde criança que ambos os gêneros são importantes e que não existe a supremacia de um sobre o outro, que as divisões de tarefas são iguais, tanto homem quanto mulheres têm um papel fundamental na sociedade. Questões como essas são extremamente importante para que o machismo, a intolerância não se perpetue ainda mais e façam mais vítimas (KOVALESKI; TORTATO; CARVALHO, 2011).

A escola também seu papel de não perpetuar uma educação sexista. A importância da educação está relacionada à superação da condição de desigualdade histórica em que as mulheres se encontram ou até mesmo na condenação a continuar na exclusão sem o direito do exercício pleno da cidadania. Por este motivo que a articulação entre escola e família precisa ser constante, a formação do cidadão consciente, crítico e reflexivo depende da relação desses dois âmbitos que juntos podem redesenhar um novo amanhã, com indivíduos que respeitem uns aos outros, sem que haja a superioridade de classes, cor, sexo, o ser humano é muito mais do que seu sexo, é preciso respeitar o outro em sua totalidade.

Reconhecendo que os significados e determinações de masculino e feminino são ampliados concomitantemente e de modo a constituir polos opostos para os dois gêneros (ativo/passivo e forte/fraco), é possível correlacionar o empoderamento feminino e a crise da masculinidade, pois os homens não admitem que a mulher ocupem cargos que antes eram executados apenas por eles, a posição que a mulher ocupa na sociedade abala de certa forma a estrutura masculina por sentir ameaçado de perder seu posto “majoritário” (SILVA; WENDHAUSEN, 2014).

A masculinidade é afetada quando a mulher passa a desempenhar papéis de destaque e mostrar sem mesmo que sem pretensão alguma que o seu gênero não limita a sua competência, nem mesmo a capacidade de ocupar qualquer cargo possível, assim ela queira. Essa escolha é única e exclusiva sua, nenhum ser humano pode ser medido pelo seu gênero, profissionalismo vão além do indivíduo ser homem ou mulher.

## **CAPITULO II: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, MULHERES E EMPODERAMENTO**

Pensar a Educação de jovens e adultos (EJA) exige um olhar diferenciado sobre a participação das mulheres, em regra vítimas de um histórico de exclusão educacional no Brasil, ou seja, suas trajetórias sempre foram marcadas pela submissão ao homem. Apesar das lutas pelo seu espaço na sociedade, ainda encontramos obstáculos na conquista de seus direitos.

Com isso no decorrer do tempo foram conquistando seu espaço e tentando a igualdade aos homens, entretanto ainda há muito para ser conquistado pela mulher e um desses aspectos que precisa ser trabalhado mais um pouco é a autoestima da mulher e a certeza que elas tudo podem se quiserem, são capazes de realizarem qualquer atividade que antes eram executadas apenas por homens.

Durante a trajetória da luta feminina foram conquistados muitos direitos e posições sociais, segundo a história, na antiguidade mulheres casadas só cuidavam da casa, dos filhos e serviam ao seu “senhor”, pois era assim que elas tinham que se referir aos seus maridos, durante sua infância eram instruídas a serem submissas tais como suas avós, mães, tias e irmãs mais velhas. Consequentemente as mulheres até hoje enfrentam dificuldades cotidianas de frequentar a escola, em sua maioria o trabalho fora e dentro de casa, o marido que não permite a atenção aos filhos que dificultam também a permanência na escola (ROHDEN, 2001).

As mulheres não tinham o direito de opinar em determinados assuntos, só podiam sentar-se à mesa e se servirem após terem servido a toda sua família, elas não podiam permanecer na sala enquanto seus esposos conversavam com amigos, não tinham o direito de exercer a cidadania do voto, nem a estudarem. Em meados dos anos 80 podemos contemplar alguns avanços com o processo de redemocratização do país em especial com o reflexo dos movimentos de lutas das mulheres e de organizações internacionais como a UNICEF e a UNESCO, que passaram a reivindicar maiores espaços e incentivos a educação das mulheres na EJA.

Com um recurso fundamental de superação das desigualdades sociais e

de gênero, uma vez que, em geral, preconizava-se a participação alfabetizadora de mulheres pobres vivendo na linha da pobreza e da miséria e sob a absoluta dependência do marido. O empoderamento implica, pois, no reconhecimento das restrições sociais a que a categoria está submetida e da necessidade de reversão dessa situação, por meio de mudanças em um contexto amplo/público (inserção em cargos de poder/decisão, educação não sexista e serviços de saúde adequados) e também em contextos mais específicos, ou individuais (aumento de autoestima e autonomia, reorganização do trabalho doméstico, etc).

Conforme assegura Pateman (1993):

As mulheres são incorporadas a uma esfera que ao mesmo tempo faz e não faz parte da sociedade civil, mas que está separa da esfera “civil”. A antinomia privado/pública é uma outra expressão das divisões natural/civil e mulheres/homens. A esfera privada, feminina (natural) e a esfera pública, masculina (civil) são contrárias, mas uma adquire significado a partir da outra, e o sentido de liberdade civil da vida pública é ressaltado quando ele é contraposto à sujeição natural que caracteriza o domínio privado (PATEMAN, 1993, p. 28).

Nesta perspectiva, a esfera privada, facilmente aceita pelas mulheres, aprova a sua sujeição ao sexo oposto, beneficiando a tirania e o predomínio masculino, assim como o exercício do poder patriarcal. É necessário, porém, ressaltar que o exercício do poder patriarcal não se limita somente à esfera privada, isto é, o patriarcado não é somente familiar. Os homens, diferente das mulheres, têm acesso a todos os ambientes, seja público ou privado.

As mulheres, uma vez recusadas da esfera pública, isto é, da natureza das coisas sérias, elas permaneceram durante muito tempo presas a natureza doméstica e às atividades agregadas à reprodução biológica e social da descendência, acrescenta-se a isso o fato de que o trabalho doméstico das mulheres, até os dias atuais, não faz jus a remuneração alguma, colabora para desvalorizá-la e continuar a dominação patriarcal.

Neste aspecto, fica evidente que a unidade da ordem social é alimentada por meio da composição das relações patriarcais, e nesse contexto, está evidenciado que, por muitos séculos, as mulheres integraram a figura de simples objetos em domínio masculino, obedecendo de forma passiva essa posição, uma

vez que o enfoque da subordinação patriarcal acabava por aprovar esse retrato. É importante, frisar que ainda que a dominação patriarcal tenha nascido de um contrato, isso não significa dizer que as mulheres facilmente aceitaram essa posição, pelo contrário, entender como esse contrato é exposto só é possível porque várias mulheres (principalmente as feministas) e determinados homens têm contrastado às relações patriarcais desde o século XVII (SILVA, 2017).

É importante ressaltar que essas lutas possibilitaram que muitas conquistas se firmaram na sociedade, o movimento feminista revigorou a presença da mulher na sociedade. O empoderamento feminino passa por múltiplos caminhos, na sociedade, pelo conhecimento dos direitos da mulher, por sua inserção social, profissionalização, instrução, consciência de cidadania e, ainda, por uma modificação no conceito que a mesma tem dela, em sua autoestima.

Um ponto importante a ser destacado diz respeito para a importância de considerar esse sistema em meio ao contexto histórico no qual ele se apresenta, além disso, problematizando a respeito dos mecanismos empregados para a sua reprodução. A reflexão sobre as consequências da ação feminista precisa ser exposta para que possamos compreender o quão necessário e potencializador esse movimento se tornou para que as mulheres pudessem ser ouvidas, visto que sua fala por muito tempo foi silenciada por causa da soberania masculina que veio se perpetuando com o passar do tempo, por isso, é fundamental entender o processo feminista e como ele tem se organizado no atual século. Na visão de Ávila (2001):

É necessário, também, desmitificar a visão sobre o patriarcado, muitas vezes tomado como algo ancestral e perdido no tempo, uma memória quase lendária, ou como algo que se exerce da mesma maneira, perenemente, a despeito dos contextos sociais e históricos. Portanto, ahistóricos [sic] [...]. Reconhecer a existência desse sistema de dominação, e fazer conhecer os mecanismos de sua reprodução em qualquer medida que isso ainda aconteça é uma importante contribuição do feminismo para a democratização da vida social (ÁVILA, 2001, p. 32-33).

Destarte, não levar em consideração a questão do patriarcado ainda no século XXI coloca, por outro lado, restringe a concepção sobre essa realidade ainda vigente em nossa sociedade, e conseqüentemente afeta as tomadas de



decisão e as estratégias de luta por igualdade. O patriarcado ainda está enraizado na sociedade não se pode ignorar sua presença, é preciso que tenhamos consciência de sua existência e busquemos forças e maneiras de desarticula-lo, uma vez que o patriarcado já imputou muitas posições femininas e até mesmo seu direito de fala.

O empoderamento das mulheres concebe um desafio às relações patriarcais, em particular dentro da família, ao poder predominante do homem e a sustentação das suas regalias de gênero. Constitui uma alteração no predomínio tradicional dos homens sobre as mulheres, certificando-lhes a autonomia concernente ao controle dos seus corpos, do seu direito de ir e vir, da sua sexualidade, assim como um rechaço ao abuso físico e a violação sem castigo, o desamparo e as deliberações unilaterais masculinas que comprometem a toda a família.

Numa sociedade extremamente patriarcal é preciso não naturalizar os papéis femininos e masculinos, embora esteja intimamente arrolada às concepções tradicionais, e também atuais, de gênero. Entendido como um conjunto de análise (como classe e etnia), o gênero é um componente ativo das práticas sociais e, na nossa sociedade, resulta na hierarquização entre os sexos, isto é, na formação de um lado com poder “homem forte” e do outro a “mulher sensível” sem ou com o mínimo desse (CORTEZ; SOUZA, 2008).

Por este motivo que se faz necessário a discussão sobre essa temática, há mulheres que de tanto ouvir que sua posição é secundária e que deve obedecer ao homem internaliza essa ideia e acreditam que seu papel na sociedade não tem importância, quando não se submetem a condições de extrema submissão ao homem, que acaba se perpetuando diante a sociedade e caso essa mulher não tenha consciência de seu papel da autoridade sobre seu corpo e sobre suas ações acaba passando para seus filhos tal comportamento.

Nesta perspectiva, o empoderamento das mulheres é importante a partir do momento em que permite a estas uma nova concepção de vida e, por consequente, novas atitudes frente à vida. A mulher precisa reconhecer seu valor enquanto pessoa e enquanto sujeito de direito e voz perante a sociedade. O empoderamento aumenta o poder e a autonomia pessoal e coletiva, dos indivíduos e grupos sociais, institucionais e interpessoais, especialmente aqueles postos a relações de opressão, dominação social e discriminação.

Ao remontarmos um pouco da historia da mulher, encontraremos que, passando mais quase sete anos da referida legislação dos emirados, em 1832, as mulheres obtêm a criação do movimento feminista tendo como fundadora a mulher que se tornou pioneira feminista brasileira, Nísia Floresta Brasileira Augusta, educadora, poetisa, escritora, esta mulher empoderada, recebeu este título depois de transcrever para português um texto da feminista, escritora e filósofa inglesa mary wollstonecraft (FELGUEIRAS, 2017).

Passaram-se os anos quando chegaram em 1879 às mulheres brasileiras recebeu do governo a liberação para que pudessem se inserir nos cursos de níveis superiores (universidades), mas infelizmente a pressão e preconceito enfrentados por elas eram tantos que poucas foram para a faculdade e as que foram passaram a serem discriminadas. No século XX, no ano de 1915, mais exatamente se instituiu um novo regulamento para a caixa econômica em que as mulheres com o estado civil de casadas passassem a ter em seus nomes uma conta caso seus esposos não se opusessem.

Uma passagem histórica que precisa ser destacada diz respeito ao ano de 1917, época em que a Leolinda de Figueiredo Daltro que responsável pela fundação do Partido Republicano Feminino no ano de 1910, comandou uma passeata determinando o direito das mulheres votarem, momento bastante significativo na historia das mulheres, que marcou uma fase histórica extremamente importante para a conquista e força feminina na sociedade, Esse episódio, corrobora para a inserção da mulher nas lutas por seus ideias. Fatos como esses demonstram que as mulheres tiveram visibilidades diferentes na maioria de suas épocas ou contextos.

Em conformidade com Costa e D'Oliveira (2013):

Empoderar os indivíduos é equilibrar as relações de poder em favor daqueles que têm menos recursos, porquanto o empoderamento está sobejamente correlacionado com a equidade. Sob o prisma político, o empoderamento passa pela consolidação da democracia mediante a ampliação da cultura política e da participação cidadã. O empoderamento, nessa visão, não é algo que possa ser outorgado, não é algo que pode ser feito a alguém por outra pessoa (COSTA; D'OLIVEIRA, 2013, p. 138).

Desta forma, empoderar significa conquista de vez e voz, por indivíduos, organizações e comunidades, de modo que estes tenham elevados níveis de informação, esclarecimento, autonomia e capacidade de fazer suas próprias escolhas culturais, políticas e econômicas. Logo, o empoderamento traduz-se como um desafio a inclusão social e ao exercício da cidadania ativa, configurando-se enquanto um desafio contemporâneo a fim de se alcançar a tão almejada igualdade substancial, especialmente pela articulação da transversalidade de gênero nas políticas públicas.

Admitidos os termos em questão, a participação deve ser permanente, logo, a promoção do empoderamento das mulheres acaba provocando a consolidação das envolvidas para certificar a materialização das políticas públicas de gênero. O empoderamento tem em seu bojo a conquista de direitos basilares de cidadania, em virtude de ter como alicerce a emancipação do cidadão, ou seja, empoderar significa o desenvolvimento do cidadão, com a finalidade de tomar posse de seus direitos indispensáveis.

Nesta concepção, a cidadania apenas estará sendo concretizada se os distintos agentes sociais integrarem-se na busca pela solução de conflitos sociais, o que se dá com a organização, o associativismo e a constante ampliação da rede que as comunidades estão inseridas, de modo que se estará promovendo, acima de tudo, a emancipação social.

[...] o empoderamento social, ainda que em menor escala, tem a possibilidade de gerar estabilidade ou governabilidade. Significa que o empoderamento pode ser visto de duas formas: sob a ótica de um verbo transitivo e intransitivo. [...] empoderamento pode ser visto com o significado de “dar poder a outros”, ou seja, transitivamente, e, intransitivamente, como um processo de aumento de autoestima e influência sobre a vida das próprias pessoas. (HERMANY; PEREIRA, 2011, p. 223).

Sob esse enfoque, as mulheres, ao desempenharem uma cidadania ativa, tornam-se portadoras de direitos, e, logo, capazes de abrir novos espaços para a participação política. Nessa mesma conjuntura, passamos a compreender que a aquisição da cidadania é uma ação que se dá diariamente, quando o indivíduo faz uso dos direitos que lhe são certificados e tenta expandi-los. Por este motivo, o exercício da cidadania precisa tornar-se uma ação ativa e permanente da população, em prol da sua comunidade, em função

disso o espaço público torna-se o ambiente apropriado para a sua efetivação.

O diferencial para o efetivo exercício de uma cidadania ativa está pautado no ambiente público em que é possível atribuir e assegurar à comunidade a função de agente e não somente de beneficiária do desenvolvimento. Enquanto agente, a comunidade tem a oportunidade de intervir e auxiliar na exposição de demandas e necessidades locais. Contudo, o maior desafio é fazer com que os atores e atrizes sociais assumam essa condição destacada e ativa, de modo que se tornem atores do desenvolvimento, cientes de que se trata de um processo que precisa ser empreendido individualmente por cada pessoa, e que assim estará se exercitando a cidadania.

Principalmente porque a participação pessoal, conforme Martins (2002, p. 52), precisa considerar a necessidade de formação de “tomada de consciência” e de “senso crítico”, especialmente quando não estimulados e mesmo sufocados por períodos de pouca ou nenhuma democracia. Portanto, é no espaço público, na própria comunidade, que o cidadão deixa o plano da abstração e passa a ser entendido enquanto parte integrante de todo processo democrático e cidadão. É no espaço público que o indivíduo torna-se efetivo ator de uma cidadania ativa, capaz de modificar o modo de atuar do Estado Democrático.

Mulheres e homens são sujeitos da sociedade, ambos têm direitos e deveres já assegurados pela própria constituição, é preciso que haja a quebra de forma totalitária da supremacia masculina sobre as mulheres, não existe um sobre o outro, entende-se que por cultural esta questão de posições sociais não se pode naturalizar tal comportamento, tanto um quanto o outro são participantes das ações sociais, ambos tem papéis significativos nas tomadas de decisões sejam elas governamentais ou da sua própria vida. A educação precisa educar o homem quanto a visão sobre a mulher, desmistificar discursos que segregam as mulheres, fazendo-os entender que direitos e deveres, participação social e competência não está no gênero e sim na forma como cada entende e deseja conduzir sua vida.

### 3.1 EJA: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A Educação de Jovens e Adultos persevera desde o Brasil colônia. Conforme foram passando os séculos o país passou por algumas

transformações, sejam mudanças no sistema econômico ou no sistema político. Em meio a diversas mutações a educação teve que se adaptar a todas elas, neste sentido, foi pensado em algumas políticas de educação para que o país tivesse um padrão de cidadão a ser formado, para que tivesse um desenvolvimento, e, conseqüentemente, fosse reconhecido como país avançado.

Posteriormente a expulsão dos jesuítas, a maneira de ensino concordada até então passou por uma desordem, que apenas deu início a sua reorganização na época do Brasil Império, período em que houve algumas reformas educacionais foram estabelecidas e duraram por vários anos. Com as modificações econômicas e políticas da Revolução de 1930, houve o estabelecimento de um sistema público de educação com a formação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, que em seguida passaria a ser denominado como Ministério da Educação e Saúde.

No ano de 1931 o Conselho Nacional de Educação (CNE) foi concebido pelo Decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931. Como menciona na Constituição Federal de 1934, mais precisamente no artigo 150, era atribuição da União “fixar o Plano Nacional de Educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País.” (BRASIL, 1934, art. 150).

Entre os anos de 1930 a 1934, Getúlio Vargas assumiu o Governo Provisório. Em 1934, ano em que foi constituída uma nova Constituição que extraiu o compromisso do Estado para com o ensino público e o beneficiou, uma vez que este não tinha vontade que o conhecimento crítico fosse socializado entre toda a população, não obstante que beneficiava o ensino profissionalizante, com a finalidade de habilitar jovens e adultos para uma única utilidade o “mercado de trabalho”. O Governo Constitucional perdurou até o golpe de 1937 que inaugurou o Estado Novo, regime em que Vargas operou autoritariamente.

Com o término da ditadura de Vargas, em 1945, efetuou-se o começo da consolidação de princípios democráticos no Brasil. Ao mesmo tempo, ocorreu a formação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) que funcionou como impulso para a educação de adultos analfabetos. No ano de 1947, o governo instituiu a 1ª Campanha de Educação

de Adultos, que, apesar de não ter apresentado resultado, proporcionou o desmonte de preconceitos no tocante a esse modo de educação por meio de debates que foram realizados em relação ao tema.

Iniciou-se uma grande movimentação da sociedade relativamente às reformas de base, no fim da década de 50 e começo de 60, e isso foi fundamental para as ações públicas da educação de adultos. Desse modo, com a estabilização de uma pedagogia para alfabetização de adultos que teve como apontador basilar Paulo Freire, o analfabetismo passava a ser compreendido sob outra ótica. O analfabetismo, que antes era tido como razão da pobreza e da marginalização, passou a ser visto como decorrência da pobreza provocada por uma organização social não democrática.

A partir disso Paulo Freire tornava-se conhecido em todo o Brasil e seus conceitos se espalharam, em 1963 o Governo concluiu a 1ª Campanha e deixando assim Paulo Freire como encarregado por criar um Programa Nacional de Alfabetização de Adultos. Conforme Silva (2017):

Porém, com o Golpe Militar de 1964, a visão freiriana passou a ser vista como ameaça por ir contra ao novo modelo de governo e os movimentos de alfabetização que davam força ao desenvolvimento da cultura popular foram reprimidos. Então, o Governo ficou responsável pela alfabetização de adultos e em 1967 criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) que objetivava a alfabetização funcional. Este se encerrou no ano de 1985 e foi substituído pela Fundação EDUCAR (SILVA, 2017, p. 35).

Em conformidade com o exposto, com a Lei de Diretrizes Básicas, a LDB 9394/96, o ensino supletivo foi introduzido, em que um capítulo era exclusivamente para a EJA. Durante a década de 80, sucederam mudanças políticas significativas por causa do fim do regime militar em 1985 e o retorno dos processos democráticos. Com a conjuntura histórica vivida no país, o Estado acresce seu compromisso com a EJA, já que conforme o artigo 208, da Constituição Federal de 1988:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. (BRASIL, 1988, art. 208).

Contudo, na década de 90, o governo extraiu o dever da União sobre as atividades da EJA e transpôs o dever para os Municípios e Estados. Dessa maneira, várias uniões entre municípios, Universidades e ONG's ocorrem. Em 2003, durante o governo de Lula criou-se o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), que de acordo com o documento das Diretrizes e Princípios do Processo Formativo do PBA:

[...] o Programa Brasil Alfabetizado recolocou alfabetização de jovens e adultos como prioridade na agenda educacional do País. Ao tomar esta iniciativa, o governo federal chamou para si a responsabilidade política e constitucional de induzir, sustentar e coordenar um esforço nacional para a oferta de alfabetização de qualidade. Desta forma, o Programa Brasil Alfabetizado adotou uma concepção de política pública que reconhece e reafirma o dever do Estado de garantir a educação como direito de todos.” (BRASIL, 2011, p. 6-7).

Posteriormente 2007, o PBA expandiu as faixas etárias dos indivíduos atendidos, e foram deliberados três grupos: os adolescentes-jovens (15 a 17 anos), os jovens-jovens (18 a 24 anos) e os jovens-adultos (25 a 29 anos). Em 2008, múltiplas ações foram realizadas com o objetivo de responder todas as etapas da modalidade EJA, baseando-se na concepção “educação e aprendizagens ao longo da vida” que envolve ser fundamental não somente a ascensão da escolaridade, mas o desenvolvimento integral de cada pessoa e o exercício da cidadania.

Distintos programas igualmente fazer jus a relevância e importância dada, como exemplo, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) constituído em 2005, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) instituído em 2006 e o Programa Nacional de Segurança Pública (Pronaspi) de 2009. Nenhum dos programas existe uma conexão entre as ações do MEC destinadas à educação básica e os demais ministérios.

O Plano Nacional de Educação (PNE) constituído pela Lei nº 13.005/2014, que estabelece metas, diretrizes e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos e tem o tempo de validade de 2014 a 2024. Há 20 metas nacionais, dessas metas, a 10 refere-se à EJA: “Meta 10: oferecer, no mínimo,

25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional" (MEC/SASE, 2014).

Apesar disso, os identificadores comprovam que as metas para 2024 estão bem longe de serem atingidos. No ano de 2015, o Indicador 10, que simula a dimensão de matrículas da EJA na forma integrada à educação profissional de nível fundamental e médio referentes ao total de matrículas na educação de jovens e adultos de nível fundamental e médio, estava bem inferior do esperado para 2024.

É importante frisar que o PNE, buscou ofertar o ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória, em todos os níveis reconhecendo pela primeira a Educação de jovens e Adultos com uma modalidade/nível de ensino. O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) contribuiu significativamente para a consolidação da Educação de Adultos, pois através de seus estudos formularam o Fundo Nacional do Ensino Primário. Os recursos adquiridos por estes, deveria ser investidos na ampliação da Educação Primária e incluir o Ensino Supletivo para os jovens e Adultos. O fundo conseguiu direcionar 25% desses recursos para esta modalidade de ensino.

De acordo com Haddad e Pierro (2000):

"Tal ação do Estado pode ser entendida no quadro de expansão dos direitos sociais de cidadania, em resposta à presença de amplas massas populares que se urbanizavam e pressionavam por mais e melhores condições de vida". Os direitos sociais, presentes anteriormente nas propostas liberais, concretizavam-se agora em políticas públicas, até como estratégia de incorporação dessas massas urbanas em mecanismos de sustentação política dos governos nacionais (HADDAD; PIERRO, 2000, p. 111).

Dessarte, a expansão do acesso à educação oferecido pelo Estado, servia como mecanismo de manobra e controle das tensões que cresciam entre as classes sociais nos meios urbanos, e mais do que isso, após declaração da UNESCO disparidades entre os países é o papel da educação para o desenvolvimento das nações ditas atrasadas, a Educação de Jovens e adultos passou a ser condição necessária para que o Brasil se transformasse em nação



desenvolvida. Além disto, as políticas Educacionais para a educação de jovens e adultos visou promover a qualificação mínima para o mercado de trabalho.

As ações educacionais, 1930 à 1950, fizeram cair consideravelmente os índices de analfabetismo da população acima de cinco anos de idade na década de 1960, porém a educação no Brasil ainda era considerada abaixo da média, se comparada com países vizinhos. Embora a escola pública brasileira tenha se tornado uma instituição aberta a todas as camadas da população, as mudanças ocorridas ao longo do século XX não foram suficientes para inserir todas as crianças e adolescente do sistema educacional. Porém, mesmo com essa ampliação do acesso escolar a melhoria da qualidade e das condições de ensino não mudou. Sendo assim, segundo Haddad e Pierro (2000):

A má qualidade do ensino combina-se à situação de pobreza extrema em que vive uma parcela importante da população para produzir um contingente numeroso de crianças e adolescentes que passam pela escola sem lograr aprendizagens significativas e que, submetidas a experiências penosas de fracasso e repetência escolar, acabam por abandonar os estudos (HADDAD; PIERRO, 2000, p. 127).

A CEPLAR também fez parte de um intenso e complexo processo de articulação entre setores da sociedade brasileira que lutavam pela transformação do Brasil, assim como as Ligas Camponesas e outros movimentos de educação e cultura popular, que foram duramente atingidos pela repressão desencadeada pelo golpe militar de 1964, exemplificando a aproximação do movimento estudantil com o movimento popular rural da Paraíba naquele momento de nossa história.

Esses movimentos compõem um capítulo especial na história da educação brasileira na qual a luta contra o analfabetismo mobilizou amplos setores da sociedade civil (igrejas, estudantes, etc.), cujas propostas diferiam qualitativamente das campanhas e mobilizações governamentais anteriores nesse sentido, principalmente porque assumia um compromisso explícito com as classes populares orientando suas ações educativas para “uma ação política renovadora”.

Propunha-se um rompimento com as práticas usuais de alfabetização de adultos que simplesmente desenvolviam o ensino da leitura, da escrita e do contar que, sem estimular nenhum questionamento da realidade, pelo contrário, acabavam servindo à reprodução das estruturas socioeconômicas existentes.

### CAPITULO III: AUTOESTIMA E MULHERES ESTUDANTES DE EJA

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Desembargador Braz Baracuhy está localizada na rua Escritor Gilberto Amado S/N, no bairro Castelo Branco II, município de João Pessoa-PB, atendendo a comunidade Santa Clara e Castelo Branco I. O nome da escola faz menção ao Braz Baracuhy, formado em direito através da Universidade Federal de Recife (UFPE), ocupando o posto de corregedor, procurador e desembargador, como ficou conhecido. Com isso, a escola tem o intuito de homenagear este homem. Os espaços físicos da escola são amplos, abertos e recém reformados, totalizando em 28 dependências, como mostra o quadro 1.

#### Quadro 1 – Estrutura física da escola

Quant

.

Dependências

01 Diretoria

01 Secretaria

01 Sala de professores/as

01 Sala de TV e vídeos

01 Laboratório de informática

02 WC

11 Sala de aula

01 Departamento de Educação Física

01 Dispensa para alimentos

01 Dispensa para material

01 Biblioteca

01 Cozinha

01 Refeitório

01 Sala de AEE - (Atendimento Educacional Especializado)

01 Área verde

01 Almojarifado

01 Pátio coberto

Fonte: Dados do estágio

Para manter o funcionamento da escola, a gestão conta com uma equipe de profissionais, tais como: orientação educacional (apenas nas turmas diurnas), professoras e professores, funcionários/as da secretária e equipe de apoio. Todas essas informações constam no quadro abaixo:

#### Quadro 2 – Equipe técnica da escola

Quant

.

Função/cargo

01 Diretora Geral

01 Vice-diretora

04 Auxiliar de Secretaria (técnicos/as- administrativos/as)

21 Professores/as

04 Auxiliar de apoio

01 Auxiliar de Biblioteca

01 Auxiliar de informática

01 Auxiliar de Serviços Gerais

03 Inspetor/a

01 Porteiro

01 Merendeira

01 Assistente escolar

01 Agente de apoio

02 Assistente escolar

04 Cuidador/a

Fonte: Dados do estágio

A escola possui Projeto Político Pedagógico (PPP), segundo informações coletadas, construído pela equipe pedagógica da escola. Essa equipe, especificamente, as/os docentes recebem formação continuada anualmente, pois, a escola dispõe de parcerias.

Ainda segundo a gestora, atualmente não existe projeto sendo realizado na escola, no entanto, na visita do dia 23/08 estava acontecendo a culminância do projeto Folclore na escola. Quanto as demandas, nos turnos matutino e vespertino a escola oferta turmas do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, totalizando 94 matriculados/as no período da manhã e 83 matriculados/as no período da tarde, segundo a gestora da escola. À noite, a escola atende ao público da EJA, com 380 pessoas matriculadas, afirmou a gestora, do ciclo I ao ciclo VI.

Realizamos uma pesquisa do tipo participante através de uma intervenção na Escola Estadual de Ensino Fundamental Desembargador Bráz Baracuhy localizada no bairro do Castelo Branco III, na cidade de João Pessoa, que foi dividida em dois momentos complementares para, posteriormente, cruzarmos os dados, uma vez que aplicamos o mesmo instrumento de coleta de dados em cada fase.

No momento inicial, na quarta-feira, dia 10 de abril de 2019, aplicamos o primeiro questionário contendo questões sobre o perfil das estudantes, quanto

aos quesitos raça/etnia; Faixa etária; Formação Escolar e emprego ou função em que trabalhava e questões direcionadas sobre a autoestima. Na sequência realizamos uma roda de diálogos sobre o empoderamento de mulheres, a autoestima e a questão da aceitação de si, discorrendo sobre a construção da identidade.

Nesse processo, o debate foi aberto e várias outras questões foram tocadas, a exemplo do quesito cor/raça, gostar ou não gostar do cabelo e do corpo. No segundo momento, um dia posterior, na quinta-feira, dia 11 de abril de 2019, levamos a OFICINA DE BELEZA, em que oito mulheres participaram da transformação com maquiagens e escovação com cortes de cabelo. No entanto, destacamos que a amostra só foi possível com quatro mulheres, uma vez que o critério foi o de ter vindo aos dois dias, o do debate e o da oficina. Dessa forma, tivemos a seguinte demonstração e análise:

Quanto ao quesito raça/etnia, tivemos o seguinte quadro comparativo:

<b>QUADRO 1 – Perfil social das estudantes de EJA</b>		
<b>ESTUDANTES DA EJA</b>	Primeiro momento (10/04/19)	Segundo momento (11/04/2019)
<b>ESTUDANTE A</b>	“PARDA, 60 anos, Fundamental incompleto, Não trabalha”.	“NEGRA, 60 anos, Fundamental incompleto, Não trabalha, doméstica”.
<b>ESTUDANTE B</b>	“PARDA, 42 anos, Fundamental incompleto, Trabalha, empregada doméstica”	“NEGRA, 42 anos, Fundamental incompleto, Trabalha, faxineira”
<b>ESTUDANTE C</b>	“BRANCA, 70 anos, Fundamental incompleto, Não trabalha”	“BRANCA, 70 anos, Fundamental incompleto, Não trabalha”
<b>ESTUDANTE D</b>	“BRANCA, 71 anos, Fundamental incompleto, Não trabalha”	“BRANCA, 71 anos, Fundamental incompleto, Não trabalha”

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2019.

O primeiro dado do perfil que chamou a atenção foi o fato das respondentes **A** e **B** mudarem a opção quanto ao quesito cor/raça. Enquanto no primeiro dia, elas se identificaram enquanto “pardas”, no segundo dia afirmaram ser “negras”.

Então refletimos que existe uma mudança de repostas a partir do lugar da mediação pedagógica com fala e ação. Conforme nos diz Ferrari (2013) a constituição da autoestima é o caminho para a mulher reorganizar sua questão de poder, do interior para exterior. De nada adianta conseguir poder na sociedade, se a mulher permanecer a ser a exclusiva cuidadora no âmbito familiar e aceitar este papel. O empoderamento constitui que a mulher, carece tomar para si seus direitos, envolvendo-se e investindo-se de poder.

A separação das atividades entre os sexos é o item chave dessa organização social e fazendo com que o mundo público pertença ao masculino e o mundo privado ao feminino. O homem, que aprendeu a comandar, exercita esse ato em todos os setores, até na esfera doméstica. Enquanto que a mulher, que aprendeu a ser dominada, aprendeu ainda a respeitar o seu dominante e a consentir essa condição como sendo natural, é neste momento que surge outro problema a “violência simbólica”.

Neste sentido, é preciso desconstruir tal ocorrência para que a mulher passe a se enxergar enquanto responsável pelas suas tomadas de decisão e não admitir qualquer ordem que venha a coibir seu poder de decisão ou que oprimam sua voz, sendo ela livre para assumir qualquer posição na sociedade, desde que assim desejar. No que se refere ao fato das entrevistadas declararem no primeiro de serem pardas e no segundo negras precisa ser discutido de forma cuidadosa, pois como explicar o que levaram elas a declarar serem negras no dia seguinte da entrevista?

Talvez essa seja pelo fato delas não se identificarem como negras, isso foi perceptível quando no momento da entrevista foi feita uma roda de conversas com as mesmas e discutimos quanto ao empoderamento, quanto a aceitação de como elas são, da sua importância na sociedade, de aceitar que se cabelo também é uma forma de empoderamento, pois reflete quem elas são de fato. A discussão foi bem recebida pelas participantes, o que acabou causando a reflexão dessas mulheres ao compreender sua valorização enquanto pessoa e enquanto mulher, assumindo sua raça.

Discussões como essas precisam ter uma maior articulação no âmbito educacional, uma vez que a questão racial é muito forte em nosso país. O histórico da evolução da mulher negra no Brasil iniciou-se a partir do descobrimento em 1500 até a sociedade atual, ainda hoje respinga a forte

presença da discriminação e do preconceito devido a cor. Embora o Brasil seja um país multicultural e pluralista ainda revigora o racismo, o que acaba contribuindo para que muitas pessoas não se identifiquem com sua cor, pois o negro por ser algo cultural sempre está associado a algo de segundo plano, a “outra cor” (SILVA, 2012).

A valorização de todas as culturas e das minorias sociais, e as etnias raramente se discutem na escola brasileira. Apenas recentemente, devido a pressão dos movimentos sociais, é que o assunto da pluralidade cultural vem ganhando espaço e encontrado repercussão no ambiente escolar. Verifica-se, ainda, que a deficiência de conhecimento das particularidades e das especificidades regionais, no país, assim como dos elementos referenciais a culturas, ocultas, de negros, índios e imigrantes nos currículos escolares têm colaborado para a formação de estereótipos e preconceitos por parte dos próprios brasileiros.

Ainda na pesquisa indagamos quanto à autoestima “você tem uma atitude positiva em relação a si mesma?” e colocamos três alternativas: sim, não e às vezes. Para tanto, podemos ver no quadro 2 a demonstração dos dados:

<b>QUADRO 2 – Você tem uma atitude positiva em relação a si mesma?</b>		
<b>ESTUDANTES DA EJA</b>	Primeiro momento (10/04/19)	Segundo momento (11/04/2019)
<b>ESTUDANTE A</b>	Sim	Sim
<b>ESTUDANTE B</b>	Sim	Sim
<b>ESTUDANTE C</b>	Sim	Sim
<b>ESTUDANTE D</b>	Às vezes	Sim

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2019.

Os dados demonstram apenas uma única mudança que foi na resposta da estudante **D**, mas que cabe uma reflexão no sentido de uma possível transversalização entre a autoestima e o empoderamento.

A mulher tem versado uma acumulação de papéis muito maior do que imaginava que iria conviver posteriormente a sua libertação na sociedade contemporânea. Desde que ingressou o mercado de trabalho, vem encarando os desafios de sua profissionalização, aglomera mais e mais funções dentro e

fora da família. Esta acumulação faz com que a mesma trabalhe bem mais do que o homem, e encare uma multiplicidade de tarefas, além de educar seus filhos, tornando-as cada vez mais forte e resistente.

A mulher de hoje ainda se vê na qualidade de responsável de cuidar da família e do esposo, apoiando uma figura tradicional de si mesma, concomitantemente em que vive uma realidade bem diferente no trabalho. A autoimagem da mulher permanece semelhante com a anteriormente, submetendo ao que a tradição de seu gênero acreditava. O empoderamento da mulher passa, logo, por uma modificação na apreciação que ela tem de si mesma, em sua autoestima (DAVIS, 2013).

A autoestima define o que o indivíduo é perante a si mesmo e como esse indivíduo participará no mundo que o rodeia. Além disso, a autoestima é o valor que a pessoa dar a si mesmo, respeitando quem ela é, do sentimento de ser amados da forma que a pessoa é na maneira que quer ser, compreendendo que o indivíduo é digno do amor do outro e de nós por nós mesmos, para isso, essas mulheres precisam refletir sobre seu valor.

Para empoderar-se a mulher necessita reconhecer-se neste direito. Sua estima é o alicerce de tudo. A mulher que não possui autoestima precisa compreender que muitas mulheres tiveram seus direitos violados, lutaram para se assumir na sociedade com direitos resguardados assim como os homens, entendendo que teve e tem papel fundamental na sociedade, essas premissas auxiliaram na construção de identidade e corroborarão para que esta reconheça seus direitos e acima de tudo reconheça como digno deles.

De acordo com o pensamento de políticas públicas de empoderamento feminino são compreendidas como ações necessárias para controlar a exploração do mais fraco pelo mais forte em sociedades estabelecidas pelo preconceito e pelo machismo. Nessa perspectiva, as políticas necessitam ser seguidas de capital social, de forma a eliminar toda e qualquer conjuntura que se distancie do respeito, da garantia de direitos e da liberdade (CHAGAS, 2016).

Dessarte, a mulher empoderada não admite ser colocada como segundo plano nas decisões sociais, como “sexo frágil”, a mulher que conhece de si e para onde quer ir não silencia por causa do opressor, ela exige respeito, liberdade e aceitação do seu posicionamento não só enquanto mulher, mas, principalmente por ser mulher e ter se constituído na sociedade por meio da luta,



da resistência. O empoderamento das mulheres apresenta-se como uma força articulada e desafiante contra as relações patriarcais, em específico dentro da família, uma vez que o poder predominante do homem se faz cada vez mais presente.

Neste sentido, o empoderamento significa uma transformação na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, assegurando-lhes a autonomia em relação ao controle dos seus corpos, dos seus direitos basilares, da sua sexualidade, da eliminação dos atos de abuso físico, da violação sem castigo etc.

No quesito 3, a intenção foi dialogar sobre o processo interativo entre esse grupo de mulheres em relação com as outras pessoas, conforme demonstrado abaixo:

<b>QUADRO 3 – Você acha que as pessoas tem uma atitude positiva em relação a você?</b>		
<b>ESTUDANTES DA EJA</b>	Primeiro momento (10/04/19)	Segundo momento (11/04/2019)
<b>ESTUDANTE A</b>	Sim	Sim
<b>ESTUDANTE B</b>	Sim	Sim
<b>ESTUDANTE C</b>	Sim	Sim
<b>ESTUDANTE D</b>	Sim	Sim

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2019.

As entrevistadas mostraram-se seguras quanto a este questionamento, porém cabe uma análise para compreendermos como estas se comportaram diante a proposta. a construção da identidade feminina versa um caminho marcado por grandes conflitos de poder, pois os homens por serem considerados como supremos em decisão, domínio familiar e questões de ordem governamental se fez necessário tal questionamento, objetivando se haveria divergências entre as mesmas e acima disso problematizar os porquês, este questionamento foi satisfatório. Embora tenha percebido certa insegurança de algumas entrevistadas assumirem tal posicionamento.

A reciprocidade é algo que o ser humano ultimamente tem menos praticado em suas ações, seja no setor profissional, pessoal, nas relações

conjugais, e hoje cada vez mais a violência tem ganhado destaque enquanto que a afetividade, o respeito a si e ao outro, praticar a mais nova palavra em evidencia “a sororidade”, pois com as transformações sociais cada vez mais intensa o ser humano vai se deixando levar por sentimentos muitas das vezes de forma líquida, perdendo-se pelas mãos, o diálogo já não faz mais parte do cotidiano das pessoas e com isso praticar a reciprocidade quanto aos verdadeiros sentimento de amor, respeito.

É importante frisar a reciprocidade no sentido de compreender que muitas famílias e relacionamentos diversos tem perdido o cuidado com o outro a forma como cada um hoje se comporta impera o individualismo, perceber e procurar saber como estar o outro deixou de certa forma de ser comum e hoje é esporádico em muitas relações. No que concerne a reciprocidade outro ponto merece ser lavado em consideração é quando o outro ao ser reprovado em determinada situação passa a não se enxergar como deveria, ou seja, acreditando no seu potencial, na sua capacidade de resiliência, a opinião do outro passa a ter uma força tão exacerbado que o individuo para se sentir bem necessita da opinião do outro para se sentir bem, mesmo que seja diferente da sua (OLIVEIRA, 2017).

Essa questão tem sido discutida em vários estudos especialmente na psicologia, isso mexe com a autoestima da pessoa, nas relações pessoais, na vida no trabalho, no relacionamento. Para que essa pessoa seja empoderada, ela precisa inicialmente se aceitar e entender que o que realmente importa é ela(e) se sentir bem consigo mesmo, não que opiniões não seja aceitas e respeitadas, porém deve ser ponderadas, a pessoa não pode deixar de ser quem é por causa de opiniões que em muitas vezes não reflete realmente o que você é, mas o que os outros pensam sobre você.

Por questões como essas que a baixa estima é um dos aspectos enfrentados por jovens, adultos e idosos, pois esse problema não idade e afeta o individuo independentemente de idade classe social ou religião. A cobrança por ser sempre o melhor em tudo é uma male da sociedade e até mesmo dos recursos midiáticos que determinam padrões de beleza, e aqueles que não se encaixarem são excluídos, ser magro, ter cabelo liso, olhos claros, entre outros pontos são exigências de uma ditadura que cotidianamente tem feito vitimas de si e do outro (MAGALHÃES, 2005).

Dessarte, para que o empoderamento ressignifique essa pessoa há um processo longo para que a pessoa se aceite como tal e entenda que cada um tem sua beleza, seu modo de ser e estar e para que se sinta bem não precisa da opinião dos outros para viver bem. O que acontece é que o ser humano acredita que vive sendo observado a todo instante e para isso precisa “estar bem” para agradar. Afetando assim na socialização, tendo baixo estima, e negatividade de empoderamento.

Além da questão anterior, ao indagarmos sobre “Você gostaria de ser respeitada pelas pessoas?” em consonância com a relação do direito ao bem estar observamos que todas desejam serem respeitadas:

<b>QUADRO 4 – Você gostaria de ser respeitada pelas pessoas?</b>		
<b>ESTUDANTES DA EJA</b>	Primeiro momento (10/04/19)	Segundo momento (11/04/2019)
<b>ESTUDANTE A</b>	Sim	Sim
<b>ESTUDANTE B</b>	Sim	Sim
<b>ESTUDANTE C</b>	Sim	Sim
<b>ESTUDANTE D</b>	Sim	Sim

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2019.

Possivelmente, essa questão é hipoteticamente fácil de saber a resposta, em que essas mulheres ou outro grupo dificilmente responderia o “não”. Mas, precisamos confirmar através da pesquisa se de fato procede a esse resultado. Porque, por vezes, pode existir um processo de negação de si. Algo, corriqueiro, nas conversas do salão de beleza, quando revelam que foram desrespeitadas e acham que fizeram por merecer esse desrespeito.

Mais uma vez entramos na questão da questão cultural, em que o homem é visto e considerado como dominante da relação, revigorando o poder que este tem sobre suas esposas, ao aceitar essa posição de submissão a mulher acabar de validar a concepção por muitas vezes machista dos homens, infelizmente comentários como, ele é homem; ele tem razão, eu que estou errada; nenhum homem admite isso; fiquei chateada na hora, depois vi que ele tinha razão; esses e outros comentários estão espalhados na sociedade, e tal conformação desse estado contribui para que o machismo perpetue.

Há uma variante para que muitas mulheres aceitem o lugar de submissão, mas que não se explica o comportamento irracional masculino, alguns casos esta associado a questão econômica, por que a mulher tem medo de perder o marido e ficar sozinha, não quer voltar para casa dos pais, por acreditar que não terá como cuidar sozinha do(s) filho(s), entre outros aspectos. Embora tenha ocorrido mudanças no mundo, muitos indivíduos permanecem os mesmos, é uma espécie de inércia assustador (FIGUEIREDO, 2017).

A capacidade de desenvolver a autoconfiança e o autorespeito saudáveis é essencial à nossa natureza, já que o pensamento é a fonte fundamental da nossa capacidade, e o fato de estarmos vivos é o essencial para nos garantir o direito de lutarmos pela felicidade. Na realidade, todos deveriam usufruir um alto nível de autoestima, experimentando tanto a autoconfiança intelectual quanto a certeza de merecer o que há de melhor. No entanto, um significativo número de pessoas não se sente assim. Muitas enfrentam sentimentos de insegurança, inadequação, culpa, dúvida e medo de uma participação integral na vida, uma impressão de não ser bom o suficiente.

Sentimentos como esses nem sempre são reconhecidos e aceitos de instantaneamente, porém eles existem. Desenvolver a autoestima é trabalhar a certeza de que somos hábeis de viver e somos dignos da felicidade, e, conseqüentemente, capazes de encarar a vida com mais segurança, com anseio e confiança, o que nos auxilia a alcançar nossos objetivos e a nos sentirmos satisfeitos. Desenvolver a autoestima é ampliar nossa capacidade de ser feliz (VAZ, 2018).

Portanto, se compreendermos isso, conseguiremos entender que aperfeiçoar a autoestima é benéfico para todos. Não é preciso que nos excremos antes de aprender a nos amarmos ainda mais, não é necessário nos sentir rebaixados para aspirarmos ser confiantes, não precisamos nos sentir infelizes para desejarmos ampliar nossa disposição para a alegria. Quanto maior for a nossa autoestima, mais bem preparados estaremos para suportar os obstáculos da vida. Quanto mais brandos formos, melhor combateremos à pressão de ceder à desesperança ou ao fracasso.

Na próxima assertiva, perguntamos sobre “você se sente satisfeita com seu corpo?”.

<b>QUADRO 5 – Você se sente satisfeita com seu corpo?.</b>
--

<b>ESTUDANTES DA EJA</b>	Primeiro momento (10/04/19)	Segundo momento (11/04/2019)
<b>ESTUDANTE A</b>	Sim	Sim
<b>ESTUDANTE B</b>	Não	Sim
<b>ESTUDANTE C</b>	Não	Sim
<b>ESTUDANTE D</b>	Não	Sim

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2019.

Os dados apontam para uma grande margem de mudança, no quesito que toca sobre satisfação com o corpo. Pois, como ficou demonstrada apenas a estudante **A** repetiu a resposta que se sentia satisfeita. Para as demais **B, C e D** elas não se sentiam satisfeitas.

A mudança de opinião das entrevistadas explica-se pelo fato das mesmas terem vergonha de admitir tal questionamento. Sabe-se que a “ditadura da beleza” tem feito muitas mulheres a tomarem decisões que nem sempre foram corretas, no sentido de não se sentirem bem e serem submetidas a processos cirúrgicos que acabaram perdendo a vida, isso por que a sociedade e os recursos midiáticos estabelecem modelos de corpos serem seguidos e quem não de adequa é excluído da “normalidade”.

São vários os fatores que expressa o quanto essa questão da aceitação do corpo e ainda mais da conquista do corpo perfeito. Fica evidente nas capas de revistas famosas a predominância de mulheres magras, brancas e cabelos extremamente lisos, isso acaba criando nas mulheres o sentimento de que não bem com seu corpo, de que tem vergonha de ir a praia com um biquíni e por muitas vezes optam por roupas largas que não favorecem sua beleza, além disso, afeta autoestima das mulheres, pois acreditam não terem atributos suficientes como requeridos nas capas de revistas e nas propagandas de televisão (SANTOS, 2010).

Nesta concepção, se já não bastava ter que se afirmar na sociedade e lutar por seus ideais, agora tem que se encaixar numa sociedade que determina o que a mulher deve usar e o que pode ficar bem em seu corpo, há mulheres que interiorizam essa ideologia que seu corpo não está nos padrões sociais, como há também aquelas que assumem as suas curvas, sente-se bem consigo

mesma e suas roupas quem determinada o que fica apropriado ou não são elas mesmas, o esse empoderamento para ser alcançado requer uma quebra de muitos conceitos e entender que cada um tem seu corpo da forma que tem que ser, compreendendo que não ser uma roupa ou ser magra que lhe define enquanto pessoa e enquanto mulher.

Em tempos de outrora as mulheres usam roupas apertadas para afinar a cintura, os chamados “corpete”, as mulheres usavam esta roupa apertando sua cintura causando até ferimentos no corpo para se adequar as normas sociais ou para passar a imagem de serem mais magras ou terem o corpo perfeito. Embora isso tenha ocorrido nos 60, ainda hoje persistem a exigência da sociedade sobre a mesma questão, mudaram-se os tempos, mas as determinações são praticamente as mesmas, fazendo com que as mulheres lutem não só com a sociedade em busca de direitos e deveres, mas agora para ser quem são e como são, cada dia estas tem enfrentado a sociedade e cada vez mais as exigências são outras (STEVENSON, 2012).

A sociedade de controle domina por meio do encanto para o consumo, e se aproveita das imagens de moda como um amplificador para domesticar os corpos femininos, propondo saberes e práticas com a finalidade de instituir um padrão de beleza fundamentado nos estereótipos de gênero e no aspecto físico. Dessa forma, impactos como as imagens de moda caem como exemplo e espelho para as mulheres se “autoconstruírem”, porém os corpos femininos estão aprisionados no meio desses poderes que estão em permanente processo de transformação e aperfeiçoamento para melhor fazer-los obedecer as determinações da sociedade.

Ao serem questionadas “você se sente capaz de aprender?”, houve alterações nas respostas das entrevistadas **A**, **B** e **C**, como mostra o quadro 6 logo abaixo:

<b>QUADRO 6 – Você se sente capaz de aprender ?.</b>		
<b>ESTUDANTES DA EJA</b>	Primeiro momento (10/04/19)	Segundo momento (11/04/2019)
<b>ESTUDANTE A</b>	Não	Sim
<b>ESTUDANTE B</b>	Não	Sim

	Obs( no meu trabalho meus patrões dizem que não tenho mais idade para estudar).	
<b>ESTUDANTE C</b>	Não	Sim
<b>ESTUDANTE D</b>	Sim	Sim

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2019.

As entrevistadas expressaram o quanto sua autoestima está afetada, pois o principal motivo de sua falta de perspectiva está na sua autoestima ou por não ter apoio no âmbito familiar, quando não no trabalho, realidades como essas estão espalhadas em toda sociedade, porém, não se pode naturalizar tal ocorrência, isso acaba evidenciando cada vez mais o quanto a mulher é marcada pelos estigmas de uma sociedade patriarcal que faz delas indivíduos reféns de seus próprios medos (OLIVEIRA; JESUS; MERIGHI, 2008).

Ao passar pela oficina da beleza percebe-se o quanto a autoestima contribui para sua aceitação enquanto pessoa e enquanto mulher de potencialidade, que merece ser vista não como um indivíduo que executa suas tarefas com maestria, mas com igualdade, respeito ao que ela é e ao que ela representa em casa, no trabalho e na sociedade de forma, sem preconceitos, estigmas e discursos que apenas atinge a autoestima das mulheres fazendo-as não se enxergarem como devem.

Ter a mulher sem instrução é mais um forma de controla-la e destinando-a apenas a tarefa de cuidar do lar e dos filhos, por muito tempo essa ideia se perpetuou na sociedade e ainda hoje existe resquícios desse pensamento masculinizador e opressor que põe a mulher como objeto e como reprodutor, o século XXI ainda propaga tanto nos lares, quanto nos recursos midiáticos essa visão arcaica de que a mulher não tem competência de assumir determinado cargo ou que sua competência limita-se apenas a cuidar dos filhos e do lar, isso acaba fragilizando a mulher e quando a mesma não tem autoestima devido tudo isso, fica cada vez mais complicado sua ressignificação, porém, isso não é impossível (ROMÃO, 2015).

O estudo mostrou que além da mulher ter que lidar com o fato da discriminação e o preconceito por ser mulher ativa numa sociedade extremamente patriarcal e conservadora, ainda tem que lidar com o fato de ser

madura, pois como pontuou a entrevistada B, de acordo com ela o padrão mencionou que ela não teria mais idade para estudar, contribuindo para que a mulher não sinta o desejo de crescer profissionalmente, pois já se encontra com baixa-estima e sendo revigorado tal discurso contribui para posição de submissão e aceitação de subalternidade.

Na análise comparativa entre o primeiro e segundo dia verificou-se uma tendência das mulheres mudarem suas percepções quanto à capacidade de aprender, pois a oficina da beleza trouxe uma visão de sua imagem que antes não era percebida, pois elas por estarem imersas ao mundo de obrigações familiares, cuidar dos filhos, da casa e ainda do esposo não sentem a necessidade de estarem cada vez melhor para elas mesmas, para seu bem-estar, percebe-se que após a oficina as mulheres apresentaram melhor autoestima.

O debate em torno da mulher é a luta que diariamente ela encara para obter sua justa posição de igualdade em relação ao homem. Como é óbvio, trata-se de igualdade social, econômica e política respeitando-se as propriedades e as tendências naturais de cada sexo, reivindicando-se, somente, oportunidades sociais igualitários para todos, sem discriminações de natureza alguma, e é nesta questão que a luta feminina ganha sua grandeza (SANTOS; WITECK, 2016).

O quadro 6 chama a atenção por que as mesmas responderam que não ao questionamento feito, com exceção da estudante D, que manteve sua resposta, enquanto que as demais responderam sim no segundo dia, o que evidencia que sua imagem esta relacionada a fatores diversos, seja a sua aceitação, a sua felicidade, seus sonhos, empoderamento, tudo isso esta atrelado a autoestima pois se a mesma estiver bem consigo ela estará pronta para enfrentar qualquer obstáculo, seja ele social ou familiar. É importante ressaltar que mais do que um gênero a mulher é um ser humano com capacidades indiscutíveis, o crescimento da sociedade esta fortemente relacionada a ela, por isso sob hipótese alguma deve deixar o preconceito, patriarcalismo tomar força ainda mais na sociedade.

No Quadro 7 há a representatividade do quanto a mulher precisa compreender seu papel de importância na sociedade e do quanto o discurso



patriarcal está fortemente enraizado seja no espaço doméstico, profissional e na sociedade.

<b>QUADRO 7 – O que mais lhe deixa satisfeita consigo mesma ?.</b>		
<b>ESTUDANTES DA EJA</b>	Primeiro momento (10/04/19)	Segundo momento (11/04/2019)
<b>ESTUDANTE A</b>	Quando cuido da minha família	Hoje estou me achando
<b>ESTUDANTE B</b>	Ser mãe	Quando estou arrumada
<b>ESTUDANTE C</b>	Quando arrumo a casa, lavar roupa, lavar o banheiro e fazer bolo.	Quando estou arrumada para ir para a escola, passear e ir a praia.
<b>ESTUDANTE D</b>	Quando cuido da casa	Quando me arrumo

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2019.

Por se tratar de algo cultural a mulher acaba internalizando e aceitando as imposições da sociedade como algo natural, o que contribui para a disseminação do machismo, do preconceito e para o fortalecimento do patriarcalismo na sociedade, essas concepções estão expressas na fala das mulheres entrevistadas, ao serem questionadas sobre o que mais lhe deixa satisfeita consigo mesma?, as respostas evidenciam o quanto essas mulheres aceitam a posição a qual é colocada na sociedade e em casa.

As falas das entrevistadas é um exemplo de que muitos conceitos que definem a posição da mulher de forma subalterna e de obediência ao homem perdura na sociedade, como é exposto no quadro acima todas as entrevistadas elencaram como satisfação consigo mesma as tarefas domésticas o que se pode perceber é que todas não tem noção da sua importância na sociedade e do quanto contribui e contribuiu desde os primórdios para a criação da sociedade, mesmo que de forma “limitada” sua atuação no desenvolvimento das sociedades é evidente.

É importante destacar que só após passar pela oficina da beleza a concepção de todas entrevistadas mudou, essa transição ocorreu por que antes sua visão era uma mulher que serve apenas ao lar e que não tinha estímulos para se perceber enquanto força, beleza, aceitação de si, foi apresentado a

essas mulheres a verdadeira imagem que elas precisam observar, que sua presença seja em casa ou fora não se restrinja aos afazeres domésticos, mas sua posição de voz ativa, a sua força de conquistar o que desejar, que existe outro mundo diferente daquele que elas estão habituadas a viver.

A sociedade é perversa quando se trata da mulher, delas são cobradas ações que mexem com a autoestima das mesmas, com a visão de futuro, com as incertezas e com a percepção da imagem corporal, uma vez que é influenciada por múltiplos fatores socioculturais, na qual abrange um difícil emaranhado de questões psicológicas, culturais, sociais e biológicas os quais definem subjetivamente a procura pela melhor aparência física. Vale frisar que pelo fato de muitas mulheres declararem que se sentem bem em cuidar da casa, existe mesmo que implícito a presença masculina, pois as mulheres não veem estímulos quanto ao cuidado com sua aparência com seu cabelo, muitos não se empoderam por que o discurso machista faz-se presente no seu contexto e que um simples elogio não é visto nem ouvido em casa (PIRES, 2015).

Por traz do discurso das mulheres que gostam de ficar em casa cuidando do lar, das crianças, do esposo afeta a autoestima das mulheres, existe uma violência psicológica sofrida por essas estudantes, mães, esposas, mulheres, em muitos contextos familiares os homens destratam as esposas de tal forma que elas não veem perspectivas em estudar em cuidar de si mesma, acabam internalizando os discursos ouvidos em casa e entendem que seu papel é apenas cuidar dos serviços domésticos.

O diálogo dentro do salão de beleza com essas mulheres evidenciam que elas não encontram sentido e significados para voltar a estudar, o que acaba desmotivando-as, a questão da aceitação de como elas são é algo que precisa de paciência e um trabalho bem minucioso, pois as mesmas já ouviram e ouvem múltiplos discursos que revigoram o machismo e a predominância do homem na sociedade.

Em tempos recentes a frase “pura, recatada e do lar” ganhou força na imprensa e nas redes sociais, sendo até motivo de debates entre grupos ativistas e correntes que viram nesta frase a mais pura certificação do machismo, a construção dessa frase pode até parecer simples, mas sua significação tem uma multiplicidade de significados se analisadas criticamente, uma vez que expõem de forma clara que a mulher pura, recata e do lar é um exemplo a ser seguido,

logo um modelo de mulher, esposa que deve assumir essa identidade, como se aquelas que não se identificam com tal proposição seja diferente (SILVA, 2016).

Romper com essas falácias não é uma tarefa fácil por se tratar de algo que esta enraizada na nossa cultura brasileira, porém é preciso resistir e fazer com que a sociedade, os ciclos de diálogos, as universidades, os centros educacionais explorem cada vez mais sobre essas temáticas e compreendam a importância que o estudo atual tem para a sociedade, no sentido de que a abertura da discussão ampla dessa pesquisa oportunizara que muitas mulheres se identifiquem e si perceba enquanto sujeito social, político, cultural, econômico dotadas de potencialidades que opressão, machismo ou patriarcalismo imponha o que elas devem ou não vestir, atuar em espaços que elas decidam entre outras questões.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que a mulher é marcada historicamente por lutas e resistências, que conforme o passar dos anos teve que se afirmar ainda mais sobre sua competência, habilidades, uma vez que pelo fato do país ser caracterizado pela cultura patriarcal, a mulher viu-se na necessidade de ocupar espaços também de direito, foi possível compreender que sua atuação na sociedade e foi e continua sendo vista como “desordem social”, pois a mulher buscou meios de ser ouvida e assumir posições de comando e responsabilidade.

Ratificando essa concepção, destacou-se que a autonomia feminina nos espaços sociais vê-se refletida em obstáculos que assolam a vida das mulheres, bem como sua relação com a melhoria da qualidade de vida e a efetiva participação no seio da sociedade. O empoderamento feminino foi responsável por grandes conquistas e por permitir que muitas mulheres entendam a força que tem sua voz, e no quanto sua participação efetiva na sociedade e em outros espaços contribui para a construção de um país mais justo, igualitários no que se refere a direitos, nenhuma mulher que ser mais ou menos que os homens, o que se espera é que as leis sejam cumpridas, que elas possam ter o direito de ir e vir.

É indiscutível que as mulheres de hoje ocupem posições de evidência no contexto social, político, científico e acadêmico, mesmo que as mulheres tenham conquistado espaços até então inóspitos por elas, ainda hoje é necessário à luta, pois há muito que ser conquistado e desmistificado socialmente. Por isto que existem visões errôneas sobre os movimentos fundamentados por mulheres. Sobre esses movimentos os grupos de oposição (homens conservadores, parte da sociedade, setor político etc) tende a diminuir as lutas das feministas ou confundi-las com vitimização ou desejo de superioridade feminina.

Como se trata de embates culturais, os grupos conservadores alicerçados por homens, e demais interessados em diminuir as causas e reivindicações espalham a ideia de que as mulheres querem privilégios, querem ocupar posições que não conseguem desempenhar seu papel com profissionalismo, o que de fato está por traz é que os próprios homens acreditam tanto na potencialidade das mulheres que se sentem incomodados quando elas atingem posições de destaque ou que executam tarefas bem mais competentes que os

próprios, é importante destacar a capacidade e habilidades que homens e mulheres tem de desempenhar seus papéis não pode ser atribuído ao gênero, mas real competência que ambos tem.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Q. B. **A gestão das políticas públicas de gênero: uma análise ao plano plurianual 2010-2013 e 2014-2017 enquanto política pública de empoderamento e autonomia da mulher no município de Santa Cruz do Sul-RS.** Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do Sul/RS, 2014.

ÁVILA, M. B.; *et al.* **Textos e Imagens do Feminismo:** mulheres construindo a igualdade. SOS Corpo, Recife, 2001.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo:** fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. Disponível em: <file:///C:/Users/Bernardo/Downloads/Beauvoir,%20Simone%20O%20Segundo%20Sexo%20vol%201.pdf>. Acesso em: 28 Mar. 2019.

BEZERRA, S. A. **Mulher e mercado de trabalho:** a trajetória das mulheres que ocupam cargos de destaque na sociedade sergipana. Dissertação de Mestrado. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2010.

BRASIL. **Artigo 150 "a".** Constituição Federal de 1934. 16 de jul. de 1934. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 Fev. 2019.

BRASIL. Artigo 208 "I" da Constituição Federal de 1988. **Artigo 208.** 5 de out de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 Fev. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CEB nº. 11/2000. **Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos.** Brasília: MEC, maio 2000. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer\\_11\\_2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf). Acesso em: 20 Fev. 2019.

BRASIL. **Meta "10" do Plano Nacional de Educação (2014-2024).** MEC/SASE, p. 37, 2014. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Plano+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+PNE+2014-2024++Linha+de+Base/c2dd0faa-7227-40ee-a520-12c6fc77700f?version=1.1>. Acesso em: 20 Fev. 2019.

BRASIL. **Princípios, Diretrizes, Estratégias e Ações de Apoio ao Programa Brasil Alfabetizado.** Ministério da Educação. Brasília, p. 6-7, 2011. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias)

=10022-diretrizesprincipios-pba-secadi&category\_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 Fev. 2019.

BRASIL. **Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE:** Indicador 10. Ministério da Educação, 2008-2015. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/outras\\_acoes/estudos\\_pne/2016/relatorio\\_pne\\_2014\\_a\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/outras_acoes/estudos_pne/2016/relatorio_pne_2014_a_2016.pdf). Acesso em: 20 Fev. 2019.

BRASIL. **Situação das Metas dos Planos.** MEC/Inep/DEED/Censo Escolar, 2015. Disponível em: [http://files.comunidades.net/profemarli/censo\\_escolar\\_divulgacao\\_22032016.pdf](http://files.comunidades.net/profemarli/censo_escolar_divulgacao_22032016.pdf). Acesso em: 20 Fev. 2019.

CORTEZ, M. B.; SOUZA, L. **Mulheres (in) subordinadas:** o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal. 2008. Brasília, 2008, Vol. 24 n. 2, p. 171-180.

COSTA, M. M. M.; D'OLIVEIRA, M. C. **Idiosincrasias Femininas.** Curitiba: Multideia, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Bernardo/Downloads/137-297-1-SM.pdf>. Acesso em: 23 Mar. 2019.

CHAGAS, I. N. **Participação feminina na política:** mulheres, poder e patriarcalismo no Amazonas. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus/AM 2016.

DANTAS, M. A. F. **Os significados da violência doméstica contra a criança entre policiais civis.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal da Bahia. Salvador/BA 2008

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. Disponível em: [http://www.redehumanizaus.net/sites/default/files/blog/files/davis.\\_mulher\\_raca\\_e\\_classe.pdf](http://www.redehumanizaus.net/sites/default/files/blog/files/davis._mulher_raca_e_classe.pdf). Acesso em: 29 Abr. 2019.

FELGUEIRAS, A. C. M. L. Breve panorama histórico do movimento feminista brasileiro. Das sufragistas ao ciberfeminismo. **Corpo Editorial**, p. 108, 2017. Disponível em: <http://www.simonsen.br/revista-digital/wp-content/uploads/2017/05/pronto-para-o-site.pdf#page=108>. Acesso em: 20 Mar. 2019.

FERRARI, R. **O Empoderamento da Mulher.** 2013. Disponível em: <http://www.fap.sc.gov.br/noticias/empoderamento.pdf>. Acesso em: 7 Maio 2019.

FIGUEIREDO, G. M. **Mulheres Representando Mulheres:** Sobre ser mulher e ser atriz. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa/PT, 2017.

HERMANY, R.; PEREIRA, H. M. K. **Políticas Públicas Locais de Saúde:** uma análise a partir do princípio da subsidiariedade administrativa. *In:* REIS, J. R;

LEAL, R. G. Diretos Sociais e Políticas Públicas: desafios contemporâneos. Tomo 11. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011.

ROMÃO, N. P. **Sexualidade e contemporaneidade**: pesquisa com um grupo de mulheres que frequenta a noite na cidade de Juiz de Fora. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de Juiz de Fora, Juiz de Fora/MG, 2015.

HEFFEL, C. K. M.; SILVA, V; LONDERO, J. C. **A construção da autonomia feminina**: o empoderamento pelo capital social. XII CONAGES, Colóquio Nacional Representações de Gênero e Sexualidade. 2016. Disponível em: [http://www.editorarealize.com.br/revistas/conages/trabalhos/TRABALHO\\_EV053\\_MD1\\_SA8\\_ID1895\\_11052016133624.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/conages/trabalhos/TRABALHO_EV053_MD1_SA8_ID1895_11052016133624.pdf). Acesso em: 23 Mar. 2019.

KOVALESKI, N. V. J.; TORTATO, C. S. B; CARVALHO, M. G. Gênero: flashes de uma construção. *In*: CASAGRANDE, L. S.; LUZ, N. S; CARVALHO, M. G. Igualdade de gênero, enfrentando o sexismo e a homofobia. **Curitiba: Editora UTFPR**, 2011. Disponível em: [file:///C:/Users/Bernardo/Downloads/Igualdade%20de%20Genero\\_com%20capa%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Bernardo/Downloads/Igualdade%20de%20Genero_com%20capa%20(2).pdf). Acesso em: 26 Mar. 2019.

MAGALHÃES, B. R. C. **As marcas do corpo contando a história**: um estudo sobre a violência doméstica. UFAL, 2005. Disponível em: [encurtador.com.br/cfELQ](http://encurtador.com.br/cfELQ). Acesso em: 29 Mar. 2019.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. *In*: **INTERAÇÕES**: Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 3, N. 5, p. 51-59, Set. 2002.

MYERS, D. G. **Psicologia Social-10**. 10. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/Bernardo/Downloads/Psicologia%20Social%20-%20Myers%20\(completo\).pdf](file:///C:/Users/Bernardo/Downloads/Psicologia%20Social%20-%20Myers%20(completo).pdf). Acesso em: 29 Mar. 2019.

OLIVEIRA, M. Â. C. **A história que me contam e a que eu interpreto?**: Um estudo sobre a construção e expressão da identidade. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – ISPA-Instituto Universitário, 2017.

OLIVEIRA, D. M.; JESUS, M. C. P; MERIGHI, M. A. B. Climatério e sexualidade: a compreensão dessa interface por mulheres assistidas em grupo. **Texto & contexto enferm**, v. 17, n. 3, p. 519-26, 2008.

PATEMAN, C. **O Contrato Sexual**. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. Disponível em: <file:///C:/Users/Bernardo/Downloads/5557-23543-1-PB.pdf>. Acesso em: 26 Mar. 2019.

PIRES, M. C. **Cuidadora, Mãe e Mulher**: Um estudo sobre a divisão sexual do trabalho no cuidado às crianças e adolescentes com deficiência em processo de reabilitação. Trabalho de conclusão de curso. (Bacharel em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2015.

ROHDEN, F. Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher [online]. 2nd ed. rev. and enl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.



Antropologia & Saúde collection. 2001. Disponível em:  
<http://books.scielo.org/id/8m665/pdf/rohden-9788575413999.pdf>. Acesso em:  
 27 Mar. 2019.

SANTANA, M. V. Desconstrução do patriarcado em Ponciá Vicêncio. **Anais dos Seminários Interlinhas (Pós-Crítica)**, v. 2, n. 1, p. 199-208, 2018.

SANTOS, L. B. **“Para ficar bonita tem que sofrer!”** A construção de identidade capilar para mulheres negras no Nível Superior. Dissertação (Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2010.

SANTOS, A. P. C. A.; WITECK, G. Violência doméstica e familiar contra a mulher. **Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, 2016. Disponível em:  
[file:///C:/Users/Bernardo/Downloads/15858-13059-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Bernardo/Downloads/15858-13059-1-PB%20(1).pdf). Acesso em:  
 26 Mar. 2019.

SILVA, D. E. S. **Relações patriarcais de sexo:** desigualdades, saúde das mulheres e emancipação humana. Trabalho de Conclusão de Curso (bacharel em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN 2017.

SILVA, E. N. **Responsabilidade social nas ações de extensão do Programa Iniciativas Negras:** trocando Experiências. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2012.

SILVA, F. C. T; WENDHAUSEN, Á. L. P. Empoderamento em um grupo de mulheres de um município no sul do Brasil. **Revista Grifos**, v. 21, n. 32/33, p. 105-125, 2014.

SILVA, A. C. M. Políticas educacionais para educação de jovens e adultos no brasil: marcos legais e solicitações da realidade. **Ensaio Pedagógicos**. Sorocaba, vol.1, n.2, mai./ago. 2017, p.34-39.

SILVA, S. M. C. **Tetos de vitrais:** gênero e raça na contabilidade no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2016.

STEVENSON. N. J. **Cronologia da Moda:** de Maria Antonieta a Alexander Mcqueen. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2012. Disponível em:  
<file:///C:/Users/Bernardo/Downloads/753-3045-1-PB.pdf>. Acesso em: 25 Mar. 2019.

VAZ, J. **As imagens de campanhas publicitárias de moda como dispositivos de docilização do corpo da mulher.** Dissertação (Mestrado em

Ciências da Linguagem) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça/SC, 2018.

WEYL, L. M. **Combater a feminização da pobreza com empoderamento feminino – a experiência do projeto de extensão universitária:** “Promotoras Legais Populares” da Universidade de Brasília. 2011. Disponível em: <http://www.unl.edu.ar/iberoextension/dvd/archivos/ponencias/mesa4/combater-afeminizacao-da-po.pdf>. Acesso em: 12 Mar. 2019.

WITTEKIND, M. **Empoderamento feminino:** estudo de manifestações feministas nas redes sociais por meio de hashtags. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí/RS, 2016.

## APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB  
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I

CURSO DE PEDAGOGIA

## QUESTIONÁRIO

Caríssima estudante, este instrumento faz parte de um processo de pesquisa e tem como objetivo coletar dados e realizar análise das informações, visando contribuir para construção do nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Desde já, agradecemos a sua colaboração. Salientamos, ainda, que as informações aqui prestadas não serão reveladas para outro fim, que não seja, o da pesquisa científica e que o seu nome não será revelado, conforma a norma ética 136, da legislação vigente do Conselho de Ética, de nossa instituição.

## 1ª PARTE – PERFIL DAS ESTUDANTES

## RAÇA/ETNIA

( ) Branca ( ) Negra ( ) Parda ( ) Amarela (asiática) ( ) Indígena

## FAIXA ETÁRIA

Quantos anos você tem? \_\_\_\_\_

## QUAL A SUA FORMAÇÃO ESCOLAR?

( ) Fundamental incompleto

( ) Fundamental completo

( ) Médio incompleto

( ) Médio completo

( ) Outro \_\_\_\_\_

## VOCÊ TRABALHA?

( ) Sim ( ) Não

Se, \_\_\_\_\_ sim, \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_ qual  
emprego/função? \_\_\_\_\_

**2ª Parte - QUESTÕES SOBRE A PESQUISA:**

1. Você tem uma atitude positiva em relação a si mesma?

( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes

2. Você acha que as pessoas tem uma atitude positiva em relação a você?

( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes

3. Você gostaria de ser respeitada pelas pessoas?

( ) Sim ( ) Não

4. Você já se sentiu insatisfeita consigo mesma?

( ) Sim ( ) Não

5. Você se sente satisfeita com seu corpo?

( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes

6. Você se sente que é capaz de aprender?

( ) Sim ( ) Não

7. O que mais lhe deixa satisfeita consigo mesma?

---

---

---

---

---

---

**Termo de Consentimento Informado**

Eu, \_\_\_\_\_  
RG \_\_\_\_\_, concordo em participar da pesquisa intitulada  
**DIÁLOGOS FEMININOS: a autoestima de mulheres estudantes da  
Educação de Jovens e Adultos (EJA)**, parte integrante do Trabalho de  
Conclusão de Curso da aluna de Licenciatura Plena em Pedagogia, FABRÍCIA  
SILVA DOS SANTOS Como depoente, autorizo o uso dos dados do questionário  
escrito.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) participante

**ANEXOS**



















